

DE FREITAS, Luis Carlos. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. In: **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, Campinas, out. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 30 ago2012.

Educação e Condições de Vida – IBGE. Disponível em: <http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br/includes/MapaPba/flex/release/MapaPba.swf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

IDEB - Resultados e Metas. Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 30 ago. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; DE OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

O IDEB de cada escola, cidade ou estado do país. Disponível em: <http://www.portalideb.com.br/>. Acesso em: 30 ago. 2012.  
PDE/SAEB – Plano de Desenvolvimento da Educação 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb\\_matriz2.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf). Acesso em: 28 ago. 2012.

PERRENOUD, Philippe; THURLER, Monica Gather. **As Competências Para Ensinar no Século XXI**. São Paulo: Artmed, 2002.

Rankings de escolas pelo Enem ou pelo Ideb prejudicam a educação, diz especialista. Disponível em: <http://www.maurolaruccia.adm.br/wordpress/?p=356>. Acesso em: 29 ago. 2012.



# PROFESSORES E IMPRENSA: UM DEBATE A PARTIR DE DUAS DIMENÇÕES SOBRE O IDEB E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO <sup>1</sup>

*Valdecir Soligo* <sup>2</sup>

*Jane Kelly de F. Santos*<sup>3</sup>

*Maria do Rosário Flor Bernardino*<sup>4</sup>

## RESUMO

Este estudo propõe uma análise sobre as avaliações em larga escala e o conceito de qualidade da educação a partir de duas dimensões diferentes. De um lado o conceito veiculado pela imprensa nos meios de comunicação midiáticos durante a divulgação dos resultados das avaliações em larga escala empreendidas pelo INEP/MEC, como ferramentas de medida de qualidade da Educação Fundamental no Brasil e de outro uma análise do processo de avaliação externa a partir do imaginário de professores da rede municipal. Parte-se do pressuposto de que os registros feitos em fontes jornalísticas possibilitam uma leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos, o que aproxima o momento do estudo e dos fatos pesquisados, pelos discursos emitidos, que, no entanto, podem ser contraditórias as percepções locais de escolas, professores e alunos. A metodologia do estudo foi organizada em partes constituindo-se em revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas e observações visando aproximar diferentes visões de uma mesma problemática. Como resultados, podemos apontar a imprensa como uma ferramenta de construção de parte do imaginário de professores sobre as avaliações em larga escala. Neste aspecto, o conceito de avaliação, a importância e a aplicabilidade de seus resultados na concepção de professores aproximam-se do discurso proferido pela imprensa, ainda que depoimentos informais sejam diferenciados e até mesmo contrários as avaliações em larga escala.

**Palavras chave:** Avaliações em larga escala; Divulgação dos Resultados.

**Área:** Educação

---

<sup>1</sup> Artigo produzido no âmbito do Projeto "Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática – Núcleo em Rede", vinculado ao Observatório de Educação CAPES/INEP – Projeto OE 146/2011 coordenado pela Professora Dra. Flávia O. C. Werle.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela UNISINOS/RS e Professor da UNIOESTE/PR de Foz do Iguaçu-PR.

<sup>3</sup> Acadêmica de Pedagogia da UNIOESTE/PR de Foz do Iguaçu-PR.

<sup>4</sup> Professora da SMED de Foz do Iguaçu-PR.

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 a avaliação educacional vem assumindo posição de destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, seguindo uma tendência que vinha se desenvolvendo em diferentes países desde os anos 1970. Ao longo desse período, iniciou-se um ciclo de processos de reformas baseado na idéia de que era necessário modificar o desenho organizacional e institucional dos sistemas educacionais. O principal argumento para a reformulação era o baixo nível de responsabilidade por resultados com que operavam as administrações tradicionais (TEDESCO, 2003). A responsabilização passa a ser entendida como um valor que deve guiar os governos democráticos, constituindo-se em uma forma de prestação de contas a sociedade. A responsabilização na educação foi apenas mais uma face do movimento mais amplo na gestão pública.

As primeiras iniciativas brasileiras de organização de um sistema de avaliação da educação nacional surgiram, no Ministério da Educação, durante o período de redemocratização do país no final da década de 1980. A redemocratização política abriu inúmeros debates sobre a democratização do ensino, ressaltando dois aspectos: o acesso à escola e a qualidade do ensino disponibilizado à população. No entanto, segundo Azevedo (2000) o interesse pela avaliação sistêmica na organização do setor educacional já se manifestava nos anos 1930.

A reforma educacional implantada no Brasil a partir da promulgação da LDBEN 9394/96 reflete a adesão do governo ao modelo neoliberal e com ele, a sedimentação de alguns princípios bastante peculiares como é o caso da concepção do Estado mínimo. É a partir da década de 1990, que o projeto neoliberal apresenta-se com maior força no Brasil. Nestes termos, a educação passa a ser pensada enquanto mercadoria, transacionada e dirigida aos interesses hegemônicos.

A concepção de utilitarismo nos projetos educacionais neoliberais percebe a escola como entidade que deve fornecer, de forma rápida, instrumentos e habilidades que permitam ao indivíduo ser competitivo dentro da sociedade global. Foi neste contexto, de redemocratização política, de democratização do acesso ao ensino, com ampliação do número de escolas e conseqüentemente o incremento do número de alunos, e de implementação de políticas neoliberais que surge o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e posteriormente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O IDEB é um indicador criado pelo governo federal com a intenção de medir a qualidade do ensino nas escolas públicas. Foi criado pelo Ministério da Educação, em 2007, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. E desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

a partir da união de dois conceitos básicos para medir a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações. É calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e as médias alcançadas nas avaliações Prova Brasil e Saeb, ambas realizadas pelo Inep.

O IDEB vem proporcionando debates em torno da qualidade da educação. Entretanto qualidade da educação não é um termo fácil de ser definido. Na tentativa de compreender melhor a relação entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e a qualidade da educação brasileira faz-se necessário um aprofundamento para além dos fundamentos técnicos apresentados por seus idealizadores. Para tanto, propomos uma análise considerando aspectos da fundamentação teórica a respeito do papel da imprensa na construção da realidade e na divulgação dos resultados do IDEB e o imaginário de professores da rede municipal de educação sobre os objetivos das avaliações em larga escola.

O estudo foi dividido em partes principais que são apresentadas em sub itens mais específicos. A primeira parte apresenta um breve debate sobre a imprensa e seu papel na sociedade a partir de revisão bibliográfica e a relação com as fontes oriundas de veículos de imprensa sobre a divulgação dos resultados das avaliações em larga escala. A segunda trata a descrição parcial da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu e da região objeto do estudo e o debate com as fontes oriundas de entrevistas e observações em escolas da região do zoneamento de Três Lagoas região leste de Foz do Iguaçu.

## **1. A IMPRENSA E A DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DE AVALIAÇÕES: VERDADES CONSTRUÍDAS**

Segundo Souza Araújo (2002), “toda e qualquer atividade de imprensa é compatível somente em vinculação com o meio social do qual ela é um produto”. Desse modo, a idéia de que a imprensa seja apenas veiculadora de informações, mantendo assim, a imparcialidade e a neutralidade diante dos acontecimentos, como se construísse uma ilha diante da realidade em que se insere não condiz com a realidade. A dinâmica da relação entre imprensa e sociedade revelada em qualquer tipo de periódico, segundo Melo (1994), está determinada pela atualidade, visto que o fio condutor do impasse entre emissor e receptor localiza-se no conjunto dos fatos que estão acontecendo. E o ponto de tensão encontra-se na diferença entre o que a coletividade gostaria de conhecer e o que a instituição jornalística quer fazer saber.

O jornal, bem como revistas e outros meios de divulgação da imprensa, constitui-se no elemento mediador entre a coletividade e a organização responsável pela publicação. Esta mediação, tanto por parte do emissor quanto por parte do receptor, não está imune

às influências ideológicas ou culturais, tais como a reflexão sobre temas morais, as representações sociais sobre a criança ou sobre a mulher, a exaltação ao civismo, notícias locais ou regionais, homenagens através de pequenas notas, acrescidas de fotos, às personalidades do mundo político e econômico local e regional a fim de prestigiá-las, prestar-lhes honrarias ou tributar-lhes o respeito (SOUZA ARAUJO, 2002).

De tal perspectiva, consideramos que imprensa não retrata fielmente a realidade em que está inserida, mas representa aspectos de fatos ou acontecimentos por meio de diferentes olhares. Nesse sentido

*a imprensa como um lugar estratégico de constituição do discurso; através dela é o social todo, inteiro, que fala, sendo o ponto de convergência de uma multiplicidade de falas. Dentro da esquematização do real, trabalho eminentemente formal, o discurso jornalístico informa sobre o mundo e sobre a maneira como se pode percebê-lo: informa e coloca em forma o real, introduz uma ordem no real, construindo o acontecimento, ao mesmo tempo, como produto do real ou, pelo menos, o reconstrói através dos efeitos do real (IMBERT, 1983, p. 362).*

Apesar de ter a proposta de publicar o fato real, não se constitui na verdade inquestionável, pelo fato de falar do ponto de vista de um determinado grupo, que pode se utilizar da imprensa para propagar ou difundir seus ideais. No entanto, oferece contribuições importantes à historiografia recente.

É por meio da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. A imprensa, sendo produto de diversos discursos disponíveis, permite localizar as contradições e as lacunas dentro de um contexto e situá-las historicamente em termos dos interesses que legitimam. Assim, tanto possibilita como restringe determinadas representações do mundo social (BASTOS, 2002).

Segundo Capelato (1998, p. 21):

*a imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção deste documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão produzidas em outras épocas.*

Nessa perspectiva, a imprensa apresenta-se como uma possibilidade de análise de fatos e ideologias de época em torno dos acontecimentos educacionais, tanto como representação do real, quanto construção ideológica de uma realidade almejada por um

determinado grupo social ou político.

## **2. A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO IDEB: A IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DE UMA QUALIDADE SUPERFICIAL**

O caso da divulgação do IDEB pode ser percebido como um elemento de construção de uma ideologia desejada sobre parte da educação. A imprensa divulga os resultados das avaliações em larga escala como sinônimo de qualidade da educação, desconsiderando inúmeros aspectos sociais e educacionais que compõe o ensino.

Após a divulgação oficial de cada ciclo do IDEB pelo INEP/MEC inicia-se uma "cruzada" pela exploração dos resultados. Os rankings são elaborados e apresentados a população de forma mercadológica, comparando escolas, municípios e estados. O problema gerado por esta forma de divulgação esta na comparação de desiguais, pois, escolas e sistemas de ensino são diferentes entre si, com realidades sociais, econômicas e culturais distintas que não são consideradas pelas avaliações em larga escala.

A noticia divulgada pela Folha de São Paulo no dia 15 de agosto de 2012 apresenta aspectos relevantes das diferentes realidades das escolas e comunidades:

*A turma é do quinto ano, mas a estrutura da sala se compara à de uma faculdade privada. Assim é a Escola Municipal Santa Rita de Cássia, em Foz do Iguaçu (PR), a melhor do país entre as escolas públicas no quinto ano no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira). Todas as salas da instituição têm acesso à internet e um projetor. Ar-condicionado também é item de série. Nos espaços comuns, há um centro cultural com capacidade para cem pessoas e um parque novinho em folha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).*

Estas condições apresentadas pela imprensa paulista não é a realidade de todas as escolas municipais de Foz do Iguaçu. A escola Municipal Santa Rita de Cássia é uma escola pequena em que há um grande envolvimento da comunidade com as questões de ensino e de estrutura física da Escola.

*Boa parte das melhorias, explica a diretora Shirlei Ormenese, foi conquistada em parceria com os pais. A maioria deles doa uma quantia mensal à escola, e há festas para arrecadar dinheiro para projetos como os projetores e o novo parquinho(FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).*

A reportagem, ainda destaca que a escola estimula as crianças a fazerem reforço no quinto ano como preparação para a prova, a Gazeta do Povo, Folha Uol e Terra também destacam em seus sites que uma das "receitas" de preparação é o reforço em

contraturno escolar. Em todos os sites consultados, tanto quanto jornais impressos e revistas que forneceram informações sobre os resultados do IDEB, nota-se ausência de análises sobre as intenções e objetivos do índice. Os indicadores precisam ser complementados com diagnósticos mais precisos, para que a educação não seja vista e buscada como uma empresa em sua desenfreada procura por números e competitividade.

Como supracitado a imprensa tem divulgado estes resultados como sinônimo de qualidade da educação, no caso específico de Foz do Iguaçu o reforço vem sendo caracterizado como uma medida para elevar os índices do IDEB, desconsiderando em muitos casos outros processos de ensino-aprendizagem, e principalmente relacionando os termos educação integral e educação em tempo integral. Ainda que a proposta da imprensa seja de publicar o fato real, o discurso não se constitui na verdade absoluta, pelo fato de falar do ponto de vista de um determinado grupo, que pode se utilizar deste discurso para propagar ou difundir seus ideais.

O "reforço", em muitos casos, se torna cansativo pelo fato de ser mecânico e repetitivo, o que ao invés de atrair e estimular os alunos pode até influenciar em outros aspectos, como psíquico e cognitivo. Em um dos sites consultados, o Notícias Terra tem por título a seguinte frase: "Ideb 2011: reforço até para quem está bem é receita de escola do PR". A mensagem do enunciado é clara e direta, indicando que o reforço é positivo, pois contribui para a melhoria do IDEB, que no discurso torna-se sinônimo de qualidade da educação.

A questão do reforço escolar como complemento para diminuição das diferenças na escola é um fator positivo. Entretanto, quanto o reforço é dirigido exclusivamente para as turmas que participaram das provas padronizadas caracteriza mais um treinamento de algumas habilidades e competências direcionadas diretamente para a ampliação do IDEB do que necessariamente uma preocupação com a aprendizagem e qualidade da educação. No caso específico de Foz do Iguaçu as escolas que atingiram a meta estabelecida pelo município foram méritocraticamente premiadas com o 14º e 15º salário para os professores, funcionários e diretores.

A política de meritocracia adotada por muitos municípios é fundamentada nos ideais da competitividade e concorrência de mercado. Nesta perspectiva, as escolas assumem o IDEB como sinônimo de qualidade e a comunidade, através da imprensa, reconhece esta qualidade como a ideal. No entanto, educação não é mercadoria, e por vezes, não pode ser comparada com produtos ou modelos de produção capitalista que visam apenas o lucro.

Acreditar ou fazer acreditar que a educação vai melhorar apenas por aderir incondicionalmente as lógicas do mercado é um erro gravíssimo, tanto de governantes como da própria imprensa, pois a concorrência, segundo os parâmetros de mercado, estabelece



a auto regulação apostando na capacidade individual de escolha. Entretanto, como uma família pode escolher a melhor escola para matricular seu filho, considerando que inúmeros outros fatores estão associados a este processo? Dependem de transporte, vaga, horários dentre outros determinantes. Assim, dizer que o IDEB justifica-se pela possibilidade de ampliação da visibilidade das escolas oferecendo parâmetros para os pais escolherem as melhores escolas para seus filhos é desconhecer a realidade social de inúmeras comunidades que tem na escola mais próxima a única possibilidade de escolha.

Outro aspecto a considerar é quanto ao uso da divulgação do IDEB como sinônimo de qualidade por governantes para personificação dos benefícios. Isso ocorre quando associa-se os resultados a um determinada direção de escola, gestor de sistema ou governo específico, sem considerar o trabalho coletivo desenvolvido nas escolas para garantir a qualidade do ensino.

A crítica que se pretende construir a partir deste estudo esta situada na imparcialidade da imprensa ao divulgar os resultados das avaliações em larga escala e ao uso destes resultados como sinônimo de qualidade da educação. As análises apontam para a imprensa como ferramenta de construção ideológica de uma qualidade restrita e parcial da educação a favor de grupos diminutos e em detrimento de uma qualidade para todos, sendo que a comunidade acaba por aceitar a verdade parcial da imprensa como única.

Em contrapartida a essa divulgação parcial, fundamentada unicamente nos resultados de testes padronizadas sem um aprofundamento mínimo quanto a processos, contextos e realidades, buscamos um debate com a realidade de escolas do Município de Foz do Iguaçu através de um estudo desenvolvido a partir de entrevistas e observações realizadas em algumas escolas da rede municipal. Parte deste estudo esta no subtítulo seguinte.

### **3. O CENÁRIO LOCAL PARA O DEBATE DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA**

Foz do Iguaçu é um município da Região Oeste do Paraná que faz fronteira com o Paraguai e Argentina, compondo um cenário específico com grande circulação de pessoas, culturas, religiões e produtos. Só isso já seria suficiente para instigar estudos acadêmicos na região. Entretanto, Foz teve um dos melhores desempenhos na Prova Brasil de 2011 repercutindo a nível nacional. Considerando a diversidade social e cultural e o fato do município ter população superior a trezentos mil habitantes qualquer generalização a respeito das notas alcançadas no IDEB apresentam-se como parciais e frágeis. Na tentativa de qualificar o debate sobre a qualidade da educação e suas relações com as avaliações em larga escala, bem como o papel da imprensa nesse contexto, apresentamos uma análise da

avaliação no âmbito escolar partindo, inicialmente, de um retrato do cenário educacional do município para posteriormente explorar algumas percepções das avaliações externas na perspectiva de professores de escolas de uma região conhecida como zoneamento Três Lagoas.

No quadro seguinte apresentamos a composição da rede municipal de educação de Foz do Iguaçu segundo o zoneamento, com informações do número de escolas, matrículas por ano/série e número de docentes.

Quadro 1: Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu por zoneamentos

Zoneamento	Escolas	Turmas/Ano/séries									Docentes
		CE*	SR**	Pré	1º	2º	3º	4º	5º	4 <sup>as</sup> .	
Vila C	10	07	10	25	13	33	30	25	01	27	202
Centro	09	08	08	16	11	24	22	18	01	19	158
Porto Meira	12	09	08	30	13	39	37	30	01	31	249
<b>Três Lagoas</b>	<b>11</b>	<b>05</b>	<b>07</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>31</b>	<b>29</b>	<b>23</b>	<b>00</b>	<b>24</b>	<b>192</b>
Morumbi	09	09	05	28	12	36	32	27	01	31	213
Total	51	38	38	123	60	163	150	122	04	131	-
Total geral	Escolas: 51		turmas: 829								1014

Fonte: Dados da SMEd/2011 \* CE – Classe Especial; \*\*S.R- Sala de Recursos

A rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu esta organizada em cinco zonas, nas quais estão distribuídas cinquenta e uma escolas, 829 turmas com 1014 docentes. Pela impossibilidade de realizarmos uma análise do conjunto, optamos por analisar a rede em questão a partir da microrregião de Três Lagoas.

A microrregião de Três Lagoas é formada pelos bairros Gleba Guarani, Santa Rita, Jardim Ipanema, Loteamento Jardim Dourado, Loteamento Lagoa Vermelha e Conjunto habitacional Sol de Maio. A região possui duas escolas estaduais, e cinco municipais<sup>5</sup>. Residem na região cerca de vinte e sete mil habitantes. Em sua maioria são trabalhadores informais, que sobrevivem do comércio de mercadorias oriundas do Paraguai ou da agricultura. A região é servida de razoável infraestrutura com posto de saúde, supermercados, associação de moradores, creches, praças, praia artificial, pouca pavimentação asfáltica, rede de água e esgoto insuficientes, moradias de desfavelamento, dois centros de convivência, serviço de transporte urbano precário, regiões de invasões com crescimento acentuado nos últimos anos (WEBBER, 2003).

<sup>5</sup> Escolas estaduais: Arnaldo Busato e Sol de Maio e Escolas Municipais: João Adão da Silva, João da Costa Viana, Elói Iohmann, Olavo Bilac e Ceres de Ferrante.

A rede escolar municipal na microrregião é composta por cinco escolas conforme quadro a seguir.

Quadro 2: Rede Municipal de Ensino de Foz de Iguaçu Microrregião de Três Lagoas

Escola	Alunos	Classe Especial	Pré-Escolar	1º ao 5º ano e 4ª série <sup>1</sup>						Sala de Recursos
				1º	2º	3º	4º	5º	4ºº	
Escola A	635	2	3	1	5	4	3	-	3	2
Escola B	1.167	2	6	3	9	7	6	1	2	2
Escola C	214	-	2	1	2	2	1	-	2	-
Escola D	521	1	3	1	3	4	3	-	3	1
Escola E	55	-	1	-	1	-	1	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu - 2012

O total de matrículas nas cinco escolas somam 2592 alunos distribuídos por 68 turmas regulares de ensino fundamental séries iniciais, 15 turmas de pré escolar e 5 classes especiais.

Considerando a relação turmas/matrículas temos uma média de 29,45 alunos por turma e uma relação aluno/professor de 13,5 alunos por professor. Ainda que estes valores não representa a realidade exata nos da parâmetros para avaliarmos as condições estruturais da rede municipal na região.

No item seguinte trataremos da avaliação em larga escala nesta região de Foz do Iguaçu – PR.

#### 4. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA MICROREGIÃO DE TRÊS LAGOAS

Em relação as avaliações em larga escala apresentamos um quadro com os dados por escola onde podemos analisar comparativamente o desempenho de cada escola em relação às exigências federal e municipal. A ideia é compreender como esses dados influenciam no ambiente escolar e conseqüentemente na composição do IDEB.

<sup>6</sup> A partir da lei n.º 11.274/05, que altera o artigo 6º da LDB 9394/96 ,tornando obrigatório a matrícula da criança aos seis anos de idade no Ensino Fundamental, o 5º ano passou a corresponder á 4ª série, ampliando o ensino para nove anos. Escolas com turmas de 4ª série que fizeram a Prova Brasil: (A) João Adão da Silva, ( B ) João da Costa Viana, ( C ) Olavo Bilac , (D) Elói Lohamann e ( E ) Ceres de Ferrante. No caso de escolas que possuíam turmas tanto em 5º ano quanto 4ª série ambos fizeram a Prova.

Quadro 3: Resultados e metas nas avaliações em larga escala na microrregião de Três Lagoas

Escola	Resultado/2009	Meta INEP	Meta SMED
Escola A	5.4	4.0	6.4
Escola B	6.1	4.5	7.3
Escola C	5.5	4.5	6.2
Escola D	5.5	4.6	6.6
Escola E	-	-	-

Na análise dos dados observa-se um distanciamento entre as metas propostas pelo governo federal/INEP e as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação/SMED. A princípio, poderíamos supor, que a rede municipal apresentaria condições suficientes para superar as metas federais e por isso estaria propondo tal desafio. O que seria facilmente comprovado com os dados, pois todas as escolas superam as metas do MEC/INEP. Entretanto nem uma delas atingiu a meta da secretaria municipal. Tal situação, nos coloca diante de algumas questões: quais os fundamentos das metas estabelecidas pela SMED? Quais os parâmetros para cálculo das metas municipais? Quais os motivos para que todas as escolas de uma região do município não terem atingido as metas da SMED?

Possivelmente, as respostas a estas questões estão diretamente vinculadas a política meritocrática adotada pelo município. Como propõe a análise da escola C, que mesmo tendo conquistado o IDEB 5,5 e a indicação do MEC/INEP era 4,5, a política de desempenho adotada pelo município exigia 7.0 vinculando tais índices à gratificações de 14<sup>o</sup> e 15<sup>o</sup> salários. As metas municipais sendo muito superiores as metas federais, dificultam sua superação justificando o não pagamento do bônus. Razão pela qual se percebe um stress nas classes escolares e professores tendo em vista que os docentes desejam esse benefício, por vezes, passando sua condição de trabalho às turmas.

Partindo deste cenário e complementando as análise até aqui elaboradas aplicamos um breve questionário a professores onde indagava-se as seguintes questões: O que entende por avaliação e avaliação em larga escala; a compreensão sobre a Prova Brasil e sua contribuição para a melhoria da qualidade do ensino; como a Prova Brasil influenciou no desempenho dos alunos em sala de aula e, se participou de outras edições da Prova Brasil como avalia a experiência em termos comparativos.

Em relação a compreensão da avaliação por parte de professores as respostas apontam para o consenso de que a avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. Já a avaliação em larga escala seria uma espécie de mal necessário que quantifica o ensino em escala nacional.

A Prova Brasil é entendida como um instrumento que

objetiva avaliar o rendimento das instituições escolares em nível nacional: é um incentivo para a melhoria do ensino, com avanços a partir de políticas direcionadas para obtenção de resultados positivos, ou seja, seria um termômetro, o qual mede o aprendizado dos alunos. Esse instrumento seria uma grande contribuição para a avaliação do sistema educacional, justificando-a como uma forma de apontar erros e elencar caminhos para a melhoria do ensino.

As respostas apresentam elementos constituintes do discurso oficial divulgado pela imprensa. Nestes termos, percebe-se que os professores não conseguem negar a importância das avaliações externas, por correr o risco de negar a própria qualidade da educação, construída a partir do discurso midiático, onde se contrapor a estes pode ser visto como negação de uma verdade estabelecida.

Entretanto, alguns a compreendem como um mecanismo que ajudou a envolver profissionais da educação, pais e alunos em busca de um melhor desempenho, de contribuição para o reconhecimento dos profissionais da educação, por parte de governantes e do público em geral, a partir dos resultados obtidos.

Outro fator, a ser considerado, é a própria política de meritocracia, com o pagamento de bônus por resultados conquistados. A negação da avaliação externa como legítima e necessária, coloca o professor contra uma renda extra, podendo prejudicar a relação com outros professores convencidos que este é a melhor maneira de ampliação de renda do profissional.

É importante destacar também haver uma ideia de que a Prova Brasil cumpre um papel levando os alunos a compreender melhor o ensino, motivando-os a aprender e demonstrar o aprendizado. Neste sentido, a avaliação pela Prova Brasil pode influenciar na mudança de comportamento dos membros das secretarias e núcleos de educação em relação a seu empenho em buscar melhorias para o ensino e, inclusive, uma forma de influenciar os alunos em uma mudança da sua visão sobre a escola, responsabilizando-os pelos resultados alcançados pelas instituições de ensino.

Enfim, quando analisam comparativamente experiências anteriores apontam que, apesar de manter o mesmo nível da avaliação, as atuais apresentam um avanço significativo, por se tornar um assunto em destaque em todo o país e um objetivo comum, o qual movimenta secretarias, e, transforma equipes inteiras dedicadas a planejar exclusivamente para melhorar o desempenho dos alunos e obter melhores resultados.

Porém, em situações formais, as pessoas se manifestam favoráveis à Prova Brasil e às avaliações em larga escala, mas na informalidade são contrários, refutando a maneira de sua aplicação e apontando o desgaste emocional causado aos docentes e discentes devido a pressão sofrida proveniente das secretarias e núcleos educacionais por resultados a serem alcançados. Fato

esse que justifica a recusa de alguns profissionais a participar desta sondagem por temerem comprometer-se de maneira negativa diante do sistema.

A recusa de participação na coleta de informações, ou a mudança do discurso, reforçam a hipótese de que a imprensa contribui na construção de uma imagem ou conceito sobre as avaliações, dificultando a tomada de posição de professores, por se verem isolados, contra as secretarias e parte dos próprios colegas.

A avaliação em larga escala passa a fazer parte constante, mais aceito, e até mesmo esperado, quando a mesma é vinculada a uma política meritocrática, com incentivos financeiros para os melhores resultados obtidos. Este é um fato que gera uma contradição entre falas e posturas. No âmbito da prática observa-se um apego aos índices mais pela questão financeira do benefício do que pela sua importância propriamente dita, uma vez que os docentes enfatizam nas falas diárias que tem sido a única forma de agregar valores aos salários.

Por parte dos governantes os bons resultados nas avaliações proporcionam uma exposição positiva na mídia. Estes se aproveitam dos números para divulgar a imagem de seus governos, atribuindo os resultados a competência da gestão. Na mesma direção, são os responsáveis pelas políticas e programas educacionais para garantir a ampliação das notas, tais como, o pagamento de bônus e o reforço escolar, como demonstra o caso de Foz do Iguaçu.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observando a lógica capitalista, parece não haver saída, e como instrumento do sistema, a educação não oferece condições para mudar. Sem tanto radicalismo, ainda que não possamos negar que o Estado e as classes dominantes, fazem uso da educação para garantir a continuidade dos privilégios de classe, faz-se necessário vislumbrar a educação como uma possibilidade de crítica ao capitalismo, ao neoliberalismo, ao Estado mínimo e das diferenças de classe.

Neste aspecto as avaliações em larga escala constituem duas vias de um mesmo caminho. Por um lado são ferramentas de controle do Estado, constituindo o Estado Avaliador e reforçando os ideais do neoliberalismo e do capitalismo enquanto sistema hegemônico. Por outro, apontam para problemas da educação que necessitam de maior visibilidade, sendo que os dados coletados pelo sistema contribuem para uma melhor gestão de recursos e implementação de políticas educacionais voltadas para a melhoria efetiva da educação.

É nessa adversidade que destacamos a importância de uma compreensão mais pormenorizada da avaliação em larga escala, e o impacto na maneira como os municípios centralizam essas políticas,

apesar de um discurso pela descentralização. Compreender a avaliação é um passo importante para elucidar questões centrais relacionadas às soluções encontradas pelos municípios para problemas na educação.

A exposição de parte da realidade da avaliação no âmbito escolar justifica-se pela necessidade de reflexão sobre o “glamur” do processo de avaliação realizado pelo município em questão vinculado pela imprensa, e a realidade vivenciada dentro deste processo por seus agentes.

Salientamos que o IDEB representa parte importante da qualidade, mas é uma medida parcial em que apenas as habilidades e competências em leitura em língua portuguesa e resolução de problemas matemáticos são considerados. Isso implica dizer que muitos outros elementos do ensino não são mensurados pelos testes padronizados e isso, por vezes, não é apresentado a população.

O debate sobre o papel da imprensa na construção de uma educação de qualidade para todos, vai muito além da divulgação de resultados parciais que contribuem para a construção de verdades, também parciais. A imprensa é um veículo de comunicação que atinge grande parte da sociedade, e quando expõem parte dos processos educacionais faz transparecer que apenas estes são verdadeiros. Entretanto, quando aprofunda o debate possibilita maior compreensão crítica da realidade educacional.

O discurso jornalístico informa sobre o mundo e sobre a maneira como se pode percebê-lo: informa e coloca em forma o real, introduz uma ordem no real, construindo o acontecimento, ao mesmo tempo, como produto do real ou, pelo menos, o reconstrói através dos efeitos do real. Neste aspecto, o discurso de professores da rede municipal sobre a validade das avaliações em larga escala refletem a formatação do real e constitui-se na construção do real a partir dos efeitos do discurso da imprensa. Pois, estes professores sentem-se impossibilitados de tecer críticas abertas ao processo, por estarem embebidos do imaginário oficial divulgando o IDEB como sinônimo de qualidade e as avaliações como mal necessário.

---

## REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. C. **Espelho de papel**: a imprensa e a História da Educação. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 151-174. (Coleção Memória da educação).

BONAMINO, Alicia Casemiro. **Tempos de avaliação educacional**: O SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRASIL. MEC. INEP. Experiência: **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Gabinete da Presidência. 2007.

BRASIL. Portal INEP. <http://www.sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. <Acesso em 20.06.2008.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

IMBERT, G. **Strategies discursives et nom-dit dans lê disciurs de l apresse**: a propôs de El Pais. Paris: Mélanges de la Casa de Velásquez, 1983.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes. 1994.

SOUZA ARAÚJO, J. C. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921). In: SOUZA ARAÚJO, J. C.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

VIDAL, D. G; CAMARGO, M. J. G. A **imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica**: estudos sobre o Boletim de Educação e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, V. 73, n. 175, p. 407-330, set./dez. 1992.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Escola que lidera o Ideb tem estrutura de faculdade privada**. 15-08-2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/1137563-escola-que-lidera-o-ideb-tem-estrutura-de-faculdade-privada.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2012.

NOTÍCIAS TERRA. **Ideb 2011**: reforço até para quem está bem é receita de escola do PR. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI6078523-EI8266,00-Ideb+reforco+ate+para+quem+esta+bem+e+receita+de+escola+do+PR.html>. Acesso em 20 ago. 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica**: Política e gestão da escola. Brasília: Liber livro, 2009.